

## **Interfaces do Sistema de Justiça e Segurança Pública no enfrentamento à drogadição no Rio Grande do Sul**

O uso abusivo e a dependência de drogas apresentam-se como fenômeno mundial, repercutindo nas relações sociais, exigindo formas de enfrentamento da esfera pública. Este trabalho é parte da pesquisa *Políticas e Práticas de Enfrentamento à Drogadição no Rio Grande do Sul*, desenvolvida através da PUCRS em convênio com Federação Internacional das Universidades Católica (FIUC), que objetiva avaliar as alternativas de enfrentamento à dependência de substâncias psicoativas no R.S., abrangendo as políticas e práticas da rede de serviços nas áreas da saúde, assistência social, justiça e segurança. Este subprojeto tem como objetivo problematizar a relação entre o uso, abuso e a dependência de drogas com o sistema de justiça/segurança e apresentar dados que qualifiquem o atendimento a essas pessoas, e seus familiares. Justifica-se a importância do estudo uma vez que o uso abusivo e a dependência de drogas, também refletem na vida jurídica dos sujeitos, pois, por vezes, estão associados a práticas ilegais ou situações de violência. A pesquisa orienta-se pelo método dialético-crítico, sendo um estudo quanti-qualitativo. Na primeira etapa, realizou-se uma análise documental das legislações nacionais e estaduais que abordam a temática da drogadição. Atualmente a pesquisa encontra-se na fase do mapeamento dos serviços de tratamento e prevenção à drogadição do RS, cadastradas no site do Observatório Brasileiro de Informações Sobre Drogas (OBID). Após esta fase, serão realizadas entrevistas com os gestores, trabalhadores, usuários e familiares em uma amostra dos serviços mapeados. A partir da análise documental pode-se perceber que, historicamente, o uso, abuso e a dependência de drogas foram criminalizados, bem como, suas conseqüências. Contudo, houve uma mudança de concepção na legislação a partir da Lei nº 9.099/95, que faz uma distinção entre usuários/dependentes e traficantes, concebendo os primeiros como pessoas que precisam de tratamento, o que pode estar repercutindo, ou não, nas políticas e práticas da rede de serviços da saúde e assistência.